

cristovão

L I T E R A T U R A
À
M A R G E M

tezza



L I T E R A T U R A
À
M A R G E M

S E T E
C O N F E R Ê N C I A S
D E

**crisovão
tezza**



P O R T O A L E G R E · S ã o P A U L O
2 0 1 8

Copyright © 2018 Cristovão Tezza
www.cristovaotezza.com.br

CONSELHO EDITORIAL
Gustavo Faraon e Rodrigo Rosp

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Luísa Zardo

PREPARAÇÃO E REVISÃO
Raquel Belisario e Rodrigo Rosp

FOTO DO AUTOR
Guilherme Pupo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T356l Tezza, Cristovão
Literatura à margem / Cristovão Tezza. — Porto
Alegre : Dublinense, 2018.
160 p. ; 21 cm.

ISBN: 978-85-8318-102-6

1. Ensaaios. 2. Teoria Literária. I. Título.

CDD 801

Catalogação na fonte: Ginamara de Oliveira Lima (CRB 10/1204)

Todos os direitos desta edição
reservados à Editora Dublinense Ltda.

EDITORIAL
Av. Augusto Meyer, 163 sala 605
Auxiliadora — Porto Alegre — RS
contato@dublinense.com.br

COMERCIAL
(11) 4329-2676
(51) 3024-0787
comercial@dublinense.com.br

O

LITERATURA À MARGEM

7

Conferência de abertura do VII Festival Literário da Mantiqueira, apresentada em 4 de abril de 2014

I

HISTÓRIA DE ESCRITOR

27

Conferência apresentada na Academia Brasileira de Letras, no ciclo Vozes da Ficção Contemporânea, em 8 de abril de 2014

R

A CRIAÇÃO LITERÁRIA

45

Conferência de abertura do I Colóquio Crítica da Cultura — O Futuro do Presente, na Universidade Federal de São João del-Rey, apresentada em 19 de outubro de 2010

Ó

LITERATURA E PSICANÁLISE

63

Aula inaugural do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Ribeirão Preto, em junho de 2009

M

DESCAMINHOS DA CRIAÇÃO LITERÁRIA

85

Conferência de abertura do 2º Congresso Letras em Rede, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 26 de agosto de 2015

U

LITERATURA E AUTORREPRESENTAÇÃO

111

Conferência apresentada na Academia Brasileira de Letras, no ciclo Realismo em Questão, em 29 de agosto de 2017

S

LITERATURA E BIOGRAFIA

133

Conferência apresentada no XI Congresso Internacional da ABRALIC — Tessituras, Interações, Convergências, na USP, em São Paulo, em 16 de julho de 2008

literatura à margem

*Conferência de abertura do VII Festival
Literário da Mantiqueira, apresentada
em 4 de abril de 2014*

Antes de mais nada, gostaria de agradecer o convite, que me honra, para abrir o Festival da Mantiqueira, aqui na simpática São Francisco Xavier, nesta festa literária que já é parte importante do calendário literário nacional. E o tema proposto para este ano, “à margem”, abre múltiplas sugestões, desde a margem por escolha, até a margem dos sem escolha. Começo pela ideia da escolha: a sugestão da margem não poderia ser mais adequada para dar conta do espírito da literatura – não só do momento contemporâneo, ou das décadas recentes que formaram a geração atual de escritores brasileiros, mas também porque nesta imagem encontra-se talvez um dos pontos essenciais de quem escreve ficção ou poesia, em qualquer tempo, que é “colocar-se à margem”. É verdade que precisamos tomar

um certo cuidado com essa ideia, porque ela pode ser confundida simplesmente com alienação, distância, ou mesmo indiferença do escritor aos fatos da vida e do mundo. Abro um parêntese: o escritor, visto pelo leitor, realmente não interessa muito – é o livro, o texto, a linguagem que, às vezes até mesmo à revelia de seu autor, segue uma viagem própria e transforma seus leitores. A perenidade do texto escrito, na perspectiva da História, acaba por tornar os escritores, as breves biografias que deram vida aos livros, quase irrelevantes, ou curiosidades de outras épocas, ou simples elementos de apoio para compreender melhor as circunstâncias culturais de tempos diferentes do nosso.

Mas, sob outra perspectiva, do resultado final ao seu criador, ao lado da ideia de uma literatura como consciência à margem, como olhar único e singular sobre os momentos humanos, singularidade que é a sua razão de ser no mar dos lugares-comuns da linguagem viva, também está necessariamente a presença do escritor, aquele que escolheu o improvável ofício de escrever por conta própria, trabalho que, por princípio, não lhe foi solicitado pela sociedade ou pelo Estado. Eu gosto de brincar com esta imagem: abram-se os cadernos de classificados dos jornais, e nunca se encontrará alguém precisando de um escritor ou de um poeta. Imaginem que maravilha seria ler anúncios assim: “Precisa-se de um romancista. Paga-se bem, assistência médica garantida”. Ou: “Contrata-se um poeta em tempo integral. Pagam-se férias e décimo-terceiro”. Talvez este: “Urgente: contista para contrato imediato, sem referências”. Melhor ainda: “Contrata-se escritor para trabalhar em casa, fixo garantido mais taxa de produtividade”.

Isto é, tudo aquilo que é o fundamento da civilização moderna e do Estado do bem-estar social, desgraçadamente não serve para o escritor. A essência do que ele faz

não cabe nesta moldura de segurança; os direitos básicos vão todos, inalienáveis, até a pessoa física de quem escreve – um centímetro além, a palavra que ele escolheu escrever, e esses direitos evaporam-se. Ninguém tem a obrigação de nos ler. Quem escreve, escolhe a solidão do risco. Assim, retomando a meada, o escritor também, queira ou não, goste ou não, é uma figura suspensa à margem, no instante em que se decidiu por sua primeira palavra. A literatura nunca é segura, nem inocente.

Talvez eu esteja falando muito pela minha própria geração, os escritores que se educaram, na passagem da adolescência para a vida adulta, nos turbulentos anos 60. Os cinquenta anos do golpe militar de 64, que se lembram agora, dão uma medida da intensidade política daqueles tempos, mas não era apenas ela que estava em jogo. Naquele momento, para muitos jovens vivendo seu turbulento rito de passagem, em que o pessoal, o existencial e o político se fundiam de uma maneira muito forte, a decisão de escrever, o impulso de se tornar escritor, representava por si só um ato de rebeldia, de negação e de marginalização. Não apenas na literatura: em todas as áreas do que poderíamos chamar genericamente de “ciências humanas”, ninguém queria “o que estava aí”, e “o que estava aí” era uma nuvem escura, informe, em grande parte indefinível, mas que, pela sua misteriosa opressão, deveria ser dissipada. Naquele mundo (e me refiro ao mundo mesmo, não apenas o quintal brasileiro), diante do inimigo – que poderia ser o general ditador ou a pressão religiosa ou a família tradicional ou o sexo reprimido ou a estupidez do emprego ou a miséria social ou o horror insuperável da convivência humana ou o que quer que assombrasse a alma do escritor –, a palavra-chave era “rompimento”. Mais do que uma circunstância política momentânea, diante da dita-

dura militar que se instaurava, ou das guerras de Estado ou de guerrilha, ou da repressão totalitária do chamado socialismo real, permanecer à margem passava a ser, para o artista da palavra, uma espécie de imperativo ético que o levaria adiante. Estar à margem, portanto, soava como uma qualidade essencialmente positiva.

Vai outro parêntese: se essa era uma qualidade especialmente positiva naquele momento, pelo seu impulso histórico, ou mesmo político, digamos, romântico – tudo favorecia este rompimento –, é verdade também que a essência marginalizadora da literatura vem de muito longe. É possível que vá aqui algum anacronismo, a tendência instintiva a analisar o passado com os parâmetros do presente; mas se entendemos a ideia de “margem” além da realidade frequentemente mesquinha, ou no mínimo chapada e esquemática com que se pensam esquerda e direita hoje, percebemos que não há de fato praticamente nenhum escritor de relevância que de algum modo, no seu tempo, não tenha vivido à margem ou então cultivado um olhar à margem, capaz de ver o que o olhar comum não conseguia ver.

Pois bem, se saímos dos anos 70 na pele daquele pequeno lobo solitário, o escritor, escolhendo a margem para sobreviver, o próprio espaço da literatura brasileira, este trânsito entre autores, livros e leitores que bem ou mal vinha se mantendo vivo na estreita faixa letrada do mundo brasileiro, sofreu um estrangulamento que duraria duas ou três décadas. Voltando o foco dos indivíduos que escrevem para o seu reflexo na sociedade leitora, a literatura que conversava com o país foi saindo discretamente de cena, até quase desaparecer do horizonte.

É preciso cuidado também aqui, neste olhar puramente de fora. Não estou fazendo um índice de valor, e

não se pode julgar a força de uma literatura simplesmente pelo seu impacto no público – uma avaliação mecânica assim levaria a distorções tremendas, tirando da necessária margem aquele imperativo ético do valor da diferença. Na verdade, a literatura brasileira do final dos anos 70 até a virada do século 21 passava por um processo transformador de que não temos ainda dimensão exata. Refugiada na universidade por consequência da dura sobrevivência do escritor num Brasil muito maior, em rápida e violenta expansão urbana, a literatura brasileira perdeu seu elo tradicional com os leitores. A margem, sua boa marca de origem, transformou-se num castelo inacessível, que tentava modernizar-se antes pela pauta que pela realização. Sutilmente, o sistema teórico que interpretava a própria história da produção poético-ficcional passou ele mesmo a produzir literatura, como expressão paradoxal de uma utopia da inteligência. O clássico anúncio dos classificados – “contratam-se escritores”, da minha metáfora de humor – passava a fazer sentido. O escritor era alguém que saía do chão puxando os próprios cabelos. (Atenção: antes que me acusem de hipocrisia, confesso que eu fui um desses escritores – graças à universidade, este escritor que vos fala sobreviveu com relativo conforto por duas décadas, num tempo em que nenhuma outra opção mais ou menos viável se oferecia a ele. Na prática, a literatura prosseguia sendo entre nós uma atividade essencialmente ornamental, aquilo que se faz nas horas vagas.)

É claro que este longo período em que a academia deu as cartas do ideário literário brasileiro não foi algum perverso fenômeno isolado, destinado a cooptar e a domesticar escritores, mas parte de uma transformação do país que crescia rapidamente sem conseguir dar conta das exigências do próprio crescimento.

Além do mais, há que se considerar o espírito do tempo, os anos em que, depois do vendaval cultural e político do final dos anos 60, em que muitos dos que se imaginavam agentes da história foram de fato as suas vítimas, a inteligência parou para pensar no que de fato havia acontecido – e a arte literária viveu um certo sonho cientificista, em que ciência e arte pareciam ser a mesma coisa, ou pelo menos partilhar a mesma linguagem, irmãs de sangue, e não perspectivas bastante distintas de compreender o mundo. E havia o silêncio sempre sólido e discreto da ditadura. Um silêncio que resultou do Brasil que embarcava no golpe militar em 1964, depois na ditadura explícita em 1968, enfim na barbárie dos anos 70, desembarcando trôpego na década de 90 ainda sem entender direito o que tinha acontecido na longa viagem – e hoje mesmo, cinquenta anos depois, vive-se ainda, em momentos, a sensação angustiante de que não aprendemos nada e não esquecemos nada, um país que patina no seu disco riscado, ainda povoado de fantasmas sem nitidez.

Mas alguns fatos são mais ou menos claros. Um deles foi a violência do processo da urbanização brasileira. Talvez não tenhamos nos dado conta de como este processo modernizante, a absurdamente desplanejada concentração urbana como consequência da modernização de todas as instâncias de produção de riquezas, exacerbou a violência latente do sistema de privilégios sociais e raciais brasileiros que nos marcaram duramente da terrível origem escravocrata do país até os nossos dias. Mais uma vez, a percepção da literatura chegava antes: os contos de Rubem Fonseca que explodiram nos anos 70 e 80 pareciam revelar de repente um país espantoso que ninguém estava vendo. As retinas dos leitores ainda assistiam a um filme antigo, e surpreenderam-se com o desconforto brutal das novas imagens, uma

brutalidade cotidiana que, dia após dia, não nos abandonaria mais. E outro contista, Dalton Trevisan, prosseguia revelando, como faz até hoje, o universo arcaico de um país primitivo que resiste teimosamente à modernização, em fragmentos de vidas secas no neon de sua Curitiba mítica. Na boa literatura, a margem está sempre no centro do olhar.

Se a rapidez da urbanização foi um dos fatores a considerar na nossa marginalização, outro foi o império da televisão brasileira a partir dos anos 70. De uma forma nítida, a televisão brasileira, depois de seu início errático em meados dos anos 50, fragmentário, amadorístico e mais ou menos irrelevante como meio de comunicação no Brasil, deu um salto de qualidade e se tornou um dos grandes fatores civilizatórios da nova era do país. A implicação política inevitável que se faz ao analisar o poder da televisão nos anos 70, durante a ditadura militar, esquece muitas vezes como ela foi, em contrapartida, um elemento cultural civilizador, abrindo áreas importantes de produção artística, criando e atualizando gêneros, modernizando as linguagens artísticas e profissionalizando os processos de comunicação. (Um parêntese: hoje, por exemplo, a televisão é uma das áreas relevantes de refúgio do escritor, que encontra na produção de roteiros uma frente de trabalho nova, num cruzamento de mundos culturais. O que é outra história.)

Mas eu queria frisar aqui especialmente um traço dominante do formato da televisão clássica: a oralidade. Se nas nações mais plenamente desenvolvidas, como nos Estados Unidos e na Europa em geral, o advento da televisão encontrou um telespectador já letrado, alguém depositário de uma memória cultural escrita, e mesmo especificamente literária, que vinha de muito longe, de séculos atrás, no Brasil o processo foi totalmente distinto. Exceto pela minoria urbana letrada, a faixa cultural de prestígio que,

de resto, e para sempre, e quase sempre com carradas de razão, sentiria um profundo desprezo pela televisão, a tevê brasileira encontrou um gigantesco público que, pela primeira vez, via na telinha retangular, primeiro em trêmulo preto e branco cheio de fantasmas, depois na atraente versão colorida, e já numa rede nacional que avançava dia a dia, uma amostra da, digamos, nova civilização. Este telespectador popular típico dos anos 70 e 80 nunca viu nem leu um livro na vida, se é que sabia de fato ler. A sua porta de entrada para o mundo moderno era aquilo que ele via e ouvia à noite diante da tevê.

Antes de lamentar a eventual pobreza do que ele estava vendo, ou a “alienação” inevitável do processo de ver tevê, como diriam os teóricos da época, ou qualquer outro defeito que a televisão teria em si, o grande pecado, o verdadeiro problema, não estava nela. Estava simplesmente no fato de que, para larguíssima margem de brasileiros, não havia acesso real a nenhuma outra alternativa de informação. A palavra escrita, em forma de livro ou mesmo de jornal, estava ausente da vida de milhões de brasileiros. A imensa expansão do ensino básico que começava a ocorrer na década de 70 nem remotamente conseguia dar conta das necessidades culturais daquelas novas gerações. Foi um tempo em que a palavra escrita não tinha nenhum prestígio de fato, exceto na clássica faixa estreita de letrados urbanos privilegiados que, desde sempre, preservava aos trancos e barrancos a imagem da literatura. Na modernização brasileira daqueles anos, no processo civilizatório exigido necessariamente pela expansão urbana, a escola era o parceiro insignificante, irrelevante, capenga, duas ou três horas rarefeitas de esforço diário mal pago e mal planejado, enquanto o mundo real, interessantíssimo, estava lá fora, brilhando na tevê.

Eu fui um escritor formado nos anos 60 e 70, que começou a escrever consistentemente na passagem para os anos 80, e a publicar, de fato, dos anos 90 em diante. E o Brasil que me fez escritor era um país de físico urbano e alma rural, um arquipélago de regiões isoladas sonhando com o Graal do eixo Rio-São Paulo, fora do qual não havia solução. Era um isolamento duplo para os escritores brasileiros – agora pensando o conceito de margem como uma geografia condenatória. Porque a expressão literária do Brasil continuava, como sempre, à margem, periférica, sem nenhuma repercussão notável, ou sistemática, fora do país, além de alguns bolsões acadêmicos de estudantes estrangeiros de literatura brasileira. Assim como, no próprio Brasil, eram os bolsões acadêmicos que ainda garantiam alguma circulação da produção literária daquele tempo.

Em meados dos anos 90, dois fatos começam a mudar substancialmente este panorama. O primeiro nada tem a ver em princípio com literatura, mas sim com o crescimento e a modernização do país – o plano real e a estabilidade da moeda, depois de décadas de hiperinflação e desordem econômica que se refletiam em todos os aspectos da vida brasileira. Até mesmo no pagamento dos direitos autorais dos pobres escritores e escritores pobres – ao chegar o cheque ao bolso do autor, no final do semestre, ou mesmo do trimestre (como hoje é a norma), era melhor começar logo outro livro, que o anterior, que já era pouco, não valia mais nada. (O que, diga-se a verdade, também não fazia diferença, porque ninguém vivia de livros). Nesse quadro, a estabilidade econômica foi um pressuposto fundamental. O outro aspecto profundamente transformador, revolucionário no sentido preciso do termo, foi o advento deste fenômeno que ninguém previa – a internet. Chegamos a ela meio que a duras penas, depois de anos

de uma política desastrosa de reserva de mercado que nos deixou na rabeira do desenvolvimento digital e, principalmente, da qualificação digital. No início, um computador era visto por todo mundo apenas como uma máquina de escrever sofisticada. Quando ele enfim entra na rede mundial, correndo atrás da nossa atrasadíssima rede de telefonia, a revolução que se seguiu mudou tudo. Para a margem literária, digamos assim, falando em causa própria, a internet foi uma bênção inestimável.

Aqui vai algum otimismo meu a respeito. Sei que há uma contrapartida apocalíptica sobre os perigos da internet, desde a denúncia de que depois dela ninguém mais sabe escrever e escreve “casa” com “zê”, até o fato de que a internet teria aberto perigosamente a porteira da informação, que se transformou num caos sem filtro e sem valores. Mas – tirante o dado óbvio de que a internet é uma realidade irreversível no mundo – eu prefiro observar o seu efeito no Brasil em comparação com a era da televisão, uma era que começa a chegar ao fim, transformada em outro sistema de produção de informação.

Do mundo da oralidade que dominou o Brasil dos anos 70 aos 90, passamos à internet que, entre outras coisas, não abre uma só página em que não haja escrito. Em suma, graças à internet, a palavra escrita voltou triunfalmente à vida brasileira. A internet obriga-nos à qualificação da escrita, por bem ou por mal. Ela exige leitura e exige escrita. Milhões de brasileiros que jamais leram ou escreveram nada agora estão todos os dias lendo ou escrevendo alguma coisa. Assim, “voltar à escrita” é uma expressão inadequada – na verdade, nunca tivemos a leitura e a escrita como um fenômeno de massa. O que acontece agora é que a internet – como parte importante de um processo complexo de urbanização e, digamos, se esta pa-

lavra faz realmente sentido entre nós, modernização da sociedade brasileira – está trazendo para o mundo da escrita uma população que jamais escreveu nada. Reclamar de “casa” com “zê”, nesse panorama, é uma bobagem, diante do tamanho da encrenca, por assim dizer.

Mais uma vez é preciso um certo cuidado para interpretar esse fato. Muitos apontam que há uma barbárie crescente em curso, visível a quem quer que ligue um computador e entre no “debate” público, a agora digital dos comentários. Parece que o célebre homem cordial que definia com otimismo o brasileiro transformou-se num monstro agressivo e sanguinário cada vez que tecla uma opinião. Mas acusar a internet deste crime é tapar o sol com a peneira – ela apenas revela, torna nítido e visível, o quanto nos falta. A universalização da internet e das redes digitais apenas trouxe o Brasil real à tona, e o resultado é frequentemente assustador. Tem-se a impressão de que estamos diante de uma civilização em ruínas, assumindo a tendência a sempre se imaginar um passado glorioso que se perdeu, quando na verdade não houve passado glorioso algum, ainda que a cultura pacata de um mundo antigo, economicamente arcaico e estagnado, a infância da nossa vida, dê a impressão de ilhas de felicidade aqui e ali, Itabiras e Pasárgadas míticas que nunca existiram, mas que pareciam reais. A simples evocação do paraíso imaginário parecia nos tranquilizar.

Fixando-se na literatura, entretanto, a internet provocou mudanças logísticas radicais no panorama, num curtíssimo espaço de tempo, e sempre para melhor. Diante da realidade prática atual, do mundo em que circula a literatura, fico pensando nos anos 80 e 90 como décadas de uma era antiquíssima, ainda antes da roda. O trânsito da informação literária, onipresente na rede, a criação de blogs e revistas digitais, o advento e a crescente populari-

zação do livro digital, a troca instantânea de informações, o acesso praticamente infinito às referências bibliográficas, o barateamento das publicações, o imenso potencial publicitário digital que gira em torno do livro – enfim, é fácil demonstrar como a internet abriu caminhos e melhorou intensamente a vida de quem se aventura a escrever; e, ao contrário do que muitos imaginam às vezes por razões opostas, ou fascinados pela teoria da moda, ou pelo olhar apocalíptico dos perigos da modernidade, o autor não está morto nesta nova realidade. Aliás, mais do que nunca é absolutamente necessário que ele de fato exista para marcar a singularidade que dá sentido e razão de ser à literatura. Ao contrário do otimismo da modernidade à manivela dos anos 70 que, repercutindo McLuhan, dizia que o meio é a mensagem, o meio continua sendo apenas um meio; o milagre está em outra parte. Quem sabe, esteja à margem, como sempre.

Naturalmente, a internet é apenas uma das faces das mudanças estruturais do mundo e do Brasil vividas na virada do século 20 para o século 21. Em princípio, assim como a internet descentralizou o universo literário brasileiro, ela tem o potencial de colocar a literatura brasileira no mundo – onde, para ser realista, ainda não existimos; trata-se apenas de um potencial. É verdade que a internet aumentou a capacidade da literatura brasileira absorver a literatura do mundo, quase que instantaneamente, numa escala nunca antes vista – mas o contrário não é verdadeiro.

Sim, há a realidade do nosso destino linguístico, a solidão da língua portuguesa até mesmo na América Hispânica, com quem, misteriosamente, pouco conversamos. Há a barreira sempre muito difícil do mundo da língua inglesa, sem o qual nossa literatura não consegue sair do isolamento, multiplicando exponencialmente opções de

acesso. E há de fato – esta a questão central, talvez determinante – um profundo desinteresse do mundo estrangeiro pelo que se produz aqui. Isto é, olhando para o Brasil da Europa, da Ásia, das Américas, de qualquer ponto do mundo, ninguém vê literatura aqui.

É verdade que nossa imagem lá fora ainda é bastante positiva, uma imagem simpática, mas talvez pelos motivos errados. Sempre que um estrangeiro ouve a palavra “Brasil”, ele imediatamente sorri, imaginando praias, caipirinhas, futebol, carnaval e mulheres. Um país alegre. Ao mesmo tempo, em outra instância de recepção, o país é marcado como expressão da miséria, da pobreza, da corrupção endêmica e das crises políticas. Um país triste. As duas imagens convivem simultâneas, como uma figura holográfica que passa de uma coisa a outra com um piscar de olhos, dois países antípodas ocupando o mesmo espaço. Em qualquer caso, em pouquíssimas vezes a ideia de “Brasil” lembra ao estrangeiro um livro, um autor, uma presença literária qualquer que nos identifique. O que é terrível, porque nada define mais densamente, e de forma mais duradoura e consistente, a imagem de uma cultura do que sua produção literária. A literatura diz, afirma, compara, reflete, pensa e revela o país e seus habitantes de uma forma simbólica, altamente diversificada, que nenhuma outra linguagem alcança. Por ser fruto de uma percepção solitária, intuitiva e não pragmática da realidade, ela mente menos e deixa sinais poderosos. São referências inescapáveis, mesmo quando, ao longo da história e de suas injustiças brutais, precisam ser revisitadas, revistas, combatidas ou transformadas.

Olhando para trás: imaginemos um Brasil sem o sargento de milícias ou Iracema; sem as memórias de Brás Cubas, ou sem Policarpo Quaresma, ou Macunaíma, ou